# ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES DO *DOSSIER* DE IMPRENSA. O CASO DO DISCURSO MEDIÁTICO DO AMBIENTE EM PORTUGAL

Rui RAMOS (Universidade do Minho, Portugal)

*ABSTRACT: The following study aims to analyse and explain the textual organisation and the most relevant pragmatic-communicative traits of the textual structure referred as "dossier" in a reference Portuguese contemporary daily newspaper (Público), which is identifiable as dealing with the problem of greenhouse effect and climate change, a deeply involving subject in our word today. This study settles on the vast field of discourse analysis, specifically on an area of intersection between text studies (specially considering the media discourse) and pragmatics. It receives inspiration and guiding from French studies on discourse analysis and identifies Adam (1997), Charaudeau (1997) and Moirand (1999) as its most obvious theoretical references.*

*KEYWORDS: Dossier; text; press discourse; pragmatics*

## 1. Introdução

O presente estudo pretende analisar e explicar a organização macro-textual e as dimensões pragmático-comunicativas mais relevantes da unidade *dossier* num jornal diário de referência da imprensa portuguesa contemporânea, versando sobre o tema das alterações climáticas. Inscreve-se, desta forma, no âmbito da Análise do Discurso, concretamente num lugar de intersecção entre os estudos sobre os géneros textuais (focalizando, em particular, o discurso de imprensa) e a Pragmática Linguística.

O *corpus* que selecciona é constituído por textos do diário *Público*, um jornal de referência no espectro mediático português, na sua edição de 30/11/1997. Trata-se de um momento político e social de grande relevo, ao nível nacional e planetário, na véspera da conferência de negociação e assinatura do que viria a ser conhecido como o Protocolo de Quioto, sobre metas e calendários para as reduções das emissões dos gases que provocam o efeito de estufa e as alterações climáticas.

A escolha destes textos prende-se com a sua configuração interna e com o seu funcionamento social. É reconhecido que o ambiente se manifesta numa plêiade de tipos e géneros textuais, entre grupos restritos de falantes ou percorrendo os fóruns da opinião pública, nos meios privados, familiares, profissionais, institucionais, de novos e velhos, homens e mulheres, com propósitos descritivos, instrumentais ou combativos. Mas nem todos adquirem as características que os tornam relevantes para análise neste quadro. Os que aqui se recortam apresentam-se como "discursos públicos dominantes" (JUNG, 2001 (1996)), textos / discursos extensos, entendidos como sequências estruturadas e delimitáveis de enunciados, constituindo um todo de sentido, nos quais a relação entre os indivíduos e o meio é definida publicamente (nomeadamente, nos *media*). Estes discursos funcionarão como o interdiscurso que alimenta o fluxo de trocas verbais quotidianas, fornecendo os conceitos, a terminologia, os modos de organização, mas, sobretudo, criando o real.

## 2. A unidade *dossier*

**2.1.** A designação *dossier* é corrente na esfera jornalística e no âmbito da análise linguística do discurso de imprensa. Charaudeau (1997) descreve-o como um conjunto de artigos destinados a esclarecer uma questão, tanto do ponto de vista dos factos, como dos comentários – o que sugere, imediatamente, a composição heterogénea daquele, na medida em que as dimensões pragmáticas dos textos se cruzam com aspectos da sua organização

sequencial. O facto de o autor encarar o *dossier* como um todo é significativo do seu reconhecimento como unidade transtextual, com partes (textos) mais próximas do discurso de informação e outras mais próximas do discurso de opinião, umas mais neutras e outras mais empenhadas, umas organizando-se tendencialmente segundo modelos narrativos[1], outras segundo modelos argumentativos, explicativos, descritivos, explicativos ou dialogais.[2]

Beacco (1992) designa os textos que, como os acima referidos, compõem um *dossier* como "texto director" e "texto(s) satélite", manifestando a hierarquização e a complementaridade que os caracterizam. Afirma que o primeiro realiza normalmente uma função descritiva / narrativa, enquanto o(s) segundo(s) assumem uma função explicativa / interpretativa.

**2.2.** O texto director ocupa papel central na configuração do *dossier*, introduzindo o assunto em questão ou referindo o acontecimento-núcleo, constituindo-se como referência dos restantes textos, disponibilizando as informações julgadas mais relevantes, pela voz do jornalista ou do(s) protagonista(s). Sendo passível de ser classificado como reportagem, a expectativa poderia ser a de uma presença insistente da descrição, caracteristicamente presente neste género discursivo[3]. Contudo, autores como Revaz (1997) defendem que a reportagem é tipicamente narrativa, com a dupla missão de informar e explicar.

**2.3.** Os textos satélite, por seu lado, configuram-se como complementares do texto director, fornecendo informações técnicas, definindo os contornos de algumas partes dos problemas, fornecendo elementos de cenário para a compreensão da questão central tratada no *dossier*. A sua função passa igualmente pela criação do efeito de real, ao colocar em cena os pormenores, aparentemente dispensáveis mas que fornecem ao relato geral a credibilidade necessária. Traçam o plano de fundo onde o acontecimento-núcleo se desenvolve, inscrevem-no numa sucessão de acontecimentos ou associam-no a outros similares, ocorridos no passado, evocam histórias paralelas. No caso de *dossiers* que tratam acontecimentos-núcleo de teor ambiental, verifica-se que as vozes evocadas são frequentemente as das vítimas, mas também as dos especialistas ou dos representantes de interesses vários[4]. Finalmente, os textos satélite compreendem ainda a construção de um plano de fundo ou comentário pela explicação do fenómeno, o que se reveste de um carácter didáctico[5].

**2.4.** Há ainda a assinalar um conjunto de outros textos, com diferentes funções na economia jornalística e no mecanismo de abertura da interacção com o leitor. São eventualmente menos relevantes quanto ao conteúdo informativo de cada *dossier*, mas de evidente relevo na lógica de construção do jornal e na dimensão apelativa que o tratamento

---

[1] Cf.: Adam, 1997.

[2] É comum os manuais de jornalismo dividirem os géneros identificáveis nos media escritos em *informação* e *comentário*, a partir de critérios a) semântico (o assunto), b) argumentativo e pragmático (o objectivo ilocutório – informar e explicar) e c) enunciativo (posição do jornalista face ao seu discurso ou às suas fontes). Mas esta organização não é consensual e, segundo Adam (1997a) corresponde mais a uma posição do enunciador face a um conteúdo informacional do que a verdadeira divisão de géneros. Neste aspecto, a posição de Moirand (1999) parece aproximar-se da de Adam, quando refere a existência de géneros de "enunciação subjectivizada", que apresentam marcas explícitas e / ou identificáveis de subjectividade, e que se definem como tal (ex.: opinião, editorial...) e os géneros de "enunciação objectivizada", sem marcas de subjectividade do locutor ou com essas marcas significativamente ocultadas (ex.: notícia, reportagem, breve, artigo de informação científica, etc.).

[3] Cf. : Masuy, 1997.

[4] Cf.: Ramos, 2005.

[5] Cf.: Cicurel (1994) e Adam (1997a).

jornalístico encerra. Adam (1997a) classifica-os entre o "peritexto"[6], que organiza da seguinte forma:

a) ao nível do jornal:
i. nome do jornal;
ii. indicação da rubrica
b) ao nível do artigo:
i. verbal: sobretítulo, título, subtítulo, parágrafo de apresentação, títulos internos;
ii. icono-gráfico: ilustrações, legendas.

O investigador sublinha que estes elementos apresentam uma característica que os distancia dos artigos jornalísticos com os quais partilham o espaço de fixação, a de não estarem sob a dependência do autor daqueles: «comme les intertitres, qui sont le plus souvent "de la rédaction", l'ensemble du péritexte possède une origine énonciative qui ne doit pas être rattachée à celle de l'article» (ADAM, 1997a, p. 5).

Também Charaudeau distingue o que designa como «la titraille (titres, surtitres, sous-titres, chapeaux)» (1997, p. 220), que considera como um género discursivo independente e que, juntamente com outros elementos de organização gráfica do jornal (primeira página, rubricas, fotografias, grafismos, quadros, colunas, etc.) participa da resposta às exigências de "visibilidade" do jornal e desempenha, com aqueles elementos, um papel triplo: *fático*, de contacto com o leitor; *epifânico*, de anúncio das notícias; e *sinóptico*, de orientação do percurso visual do leitor no espaço informativo do jornal.

Assim, estes textos caracterizam-se por constituírem um grupo independente e por transportarem para o espaço comunicativo mediático outros enunciadores, simultaneamente leitores / receptores dos artigos jornalísticos e redactores / produtores de palavra modalizante e fortemente operativa no esforço de captação da atenção do destinatário do jornal.

**2.5.** Do ponto de vista do seu funcionamento comunicativo, o *dossier*, no seu todo, responderia, em particular, a duas das quatro "exigências" que Adam (1997) identifica no funcionamento da imprensa: a de "lisibilidade" e a de "inteligibilidade"[7].

A primeira obriga os *media* escritos a um exercício de exposição tão claro quanto possível dos acontecimentos decorridos na esfera social, transformando o *evento bruto*[8] em *evento mediático*, concretizado em formas textuais como os artigos informativos, as breves ou outros textos essencialmente expositivos e a uma enunciação tendencialmente "objectivizada" (MOIRAND, 1999).

Na configuração do evento mediático, o autor reconhece três instâncias diferenciadas: o evento referido / noticiado, que assiste à construção de um espaço temático, resultante do tratamento mediático (essencialmente informativo) dos assuntos de relevo; o evento comentado, ou a construção de um espaço problematizado; e o evento provocado, correspondente à construção de um espaço de debate público exterior aos *media*.

---

[6] Adam (1997a) critica o facto de a noção de *género* ser aplicada, por vezes, ao título ou ao parágrafo de apresentação (*lead*) dos textos jornalísticos (que não são senão unidades "peritextuais"). A mesma consideração estende-se à operação de reformulação de textos prévios e de comunicados, nomeadamente os emitidos pelas agências de notícias. Neste caso, como se verifica, trata-se de um critério externo à materialidade textual e somente dependente das condições de produção. No quadro anexo ao capítulo, os títulos e resumos não têm mais do que essa classificação, mas os textos reformulados, oriundos das agências, foram alvo de alguma classificação acrescida – mas que não é exclusivamente quanto ao género, antes incorpora informações temáticas e compositivas.

[7] A terceira dessas exigências é a de "visibilidade" e a quarta a de "dramatização".

[8] Cf.: Charaudeau, 1997.

A exigência de inteligibilidade refere-se sobretudo ao comentário que é produzido a propósito dos factos ou declarações que constituem o evento noticiado e encontra a sua concretização mais prototípica nas formas textuais (géneros) que se apresentam como editoriais, crónicas, análises ou comentários.

Após a reflexão acerca do desenho da unidade *dossier* e a respectiva justificação / exemplificação, há que assinalar que os textos que constituem este agregado concreto não apresentam todos o mesmo relevo ou a mesma estruturação interna – como, de resto, seria de esperar. Para perceber como se caracterizam, desenvolve-se a partir deste ponto uma análise de alguns aspectos mais salientes que o *dossier* em análise dá a ver.

## 3. O *corpus* em análise

**3.1.** O esquema de organização transtextual do *dossier* em análise (ver anexos) é o seguinte: na primeira página, um título com grande destaque, acompanhado de fotografia (texto nº 1); no interior do jornal, um conjunto de sete textos, ocupando as suas primeiras páginas (até à página seis). Encontra-se uma reportagem a abrir, com início na página dois e com continuação em parte da página três; esse texto é complementado, com objectivos de divulgação científica, por vários outros, produzidos pelo mesmo jornalista, por um cientista e oriundos de agências noticiosas; junta-se-lhes um artigo de opinião; e há ainda a apontar a existência de um mapa e informação quantificada em gráficos variados e apresentada de forma esquemática.

Ainda que se excluam da análise os textos essencialmente icónicos e se restrinja a análise aos que se configuram como (quase) exclusivamente linguísticos, e tal como a sua simples enumeração permite desde já adivinhar, estes artigos apresentam uma evidente heterogeneidade tipológica entre si, assim como, em alguns casos, uma heterogeneidade compositiva notória (ao nível da organização sequencial de cada texto).

**3.2.** O texto director (texto nº 2) é o que refere o acontecimento desencadeador. Trata-se de uma organização textual dominada pela estrutura narrativa, mas são identificáveis sequências narrativas, argumentativas e explicativas.

O segmento inicial do texto configura-se essencialmente como uma sequência descritiva, servindo os elementos identificáveis para a ancorar temporal e referencialmente; e manifesta a aspectualização a que o texto é sujeito, pela perspectiva que o locutor adopta e pela avaliação que realiza na caracterização de um cenário vasto – não só o que respeita às negociações em concreto, mas o que compreende igualmente as linhas fundamentais da questão das alterações climáticas. Incorpora dimensões argumentativas e configura o uso de uma ordem regressiva entre argumentos e conclusões, iniciando-se com uma frase lapidar, que é posteriormente justificada (de forma definitiva no corpo do texto), o que o aproxima do modelo de discurso autorizado da Ciência, com a demonstração das afirmações fundamentada na observação dos factos:

> (1) «Será uma batalha contra o egoísmo. Em Quioto, a partir de amanhã, os países do mundo serão julgados pela sua vontade de impedir que a vida na Terra entre em ruptura devido às alterações climáticas. Ninguém quer abdicar do seu desenvolvimento económico. Mas o clima não pode esperar. Portugal sabe-o tão bem como muitos. As inundações semearam o caos e a dor, os alentejanos já conseguem sentir o que é um futuro seco e árido. O Mediterrâneo está na rota do desastre. Uma calamidade anunciada mas que muitos não quiseram ouvir. Os cientistas estão a lançar alertas há anos e, mais recentemente, deram o seu completo aval ao veredicto de culpa para o homem. Já não é possível adiar mais. A natureza dificilmente se adaptará a mudanças tão bruscas. Não se trata de alarmismos, fundamentalismos ou outros ismos. Mas de sobrevivência.» (texto nº 2)

A qualificação das negociações como uma «batalha contra o egoísmo» encontra a sua fundamentação em segmentos posteriores e oporá o desejo de «desenvolvimento económico» de alguns à sustentabilidade da vida na Terra, em risco de entrar «em ruptura devido às alterações climáticas». Da mesma forma, o confronto entre as asserções antagónicas «Ninguém quer abdicar do seu desenvolvimento económico» e «Mas o clima não pode esperar», ligadas pelo conector de oposição argumentativa «mas», assume como prevalecente a conclusão implícita resultante da segunda das asserções.

Note-se que a argumentação desenvolvida não parte do zero: há uma *doxa* insistente que é implicitamente evocada sempre que se discute o assunto, de tão presente que ele está em todos os discursos sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas, de tão familiar que se tornou a todos os seus cidadãos – parafraseável por "nos modelos actuais, desenvolvimento económico e preservação do ambiente são inconciliáveis". Esta *doxa* não é, genericamente, contestada, mas são frequentemente evocados argumentos múltiplos que se lhe associam e que tendem a resultar em conclusões divergentes.

Contudo, o locutor mostra saber que este pode ser entendido como *mais um* dos gritos em defesa da causa ambiental e que pode receber do alocutário o desprezo que a banalização cria, sob o rótulo fácil de um *ismo* qualquer. Reconhece-o, mas anula-o, antecipando essa reacção e dramatizando o discurso até ao limite: é de «sobrevivência» que se trata. E a mudança de modelo de desenvolvimento deve ser feita já, antes que seja tarde de mais, «porque a natureza dificilmente se adaptará a mudanças tão bruscas» – argumento que sustenta a conclusão avançada, que explica qual a sua relação (marcada com o conector explicativo / argumentativo *porque*).

Assim, sendo legítimo descrever este segmento introdutório como dominado por uma estrutura descritiva, com algumas marcas típicas e, sobretudo, com indicadores contextuais que determinam essa expectativa, não pode deixar de se lhe apontar uma dimensão argumentativa complexa e desenvolvida sobre segmentos descritivos e explicativos, o que anuncia, desde o início, a heterogeneidade compositiva que caracteriza o texto.

A mesma organização sequencial percorrerá todo o texto. Os seus dois primeiros parágrafos definem o acontecimento desencadeador (o início das negociações), aspectos do seu enquadramento (a divergência entre as posições, em particular entre «ricos e pobres», é apresentada como «um dado adquirido») e as suas implicações (ou um acordo é atingido, ou a vida na Terra «estará seriamente ameaçada»). Segue-se, no terceiro parágrafo, um movimento analéptico, introduzindo um enquadramento histórico (que terá mesmo sido já anunciado no início do segundo parágrafo, ao afirmar que «as alterações climáticas são a grande questão deste final de século») que lembra a relação passada entre decisores políticos e cientistas quanto ao relevo a reconhecer à problemática das alterações climáticas.

Ocorrem então vários segmentos explicativos. A breve ilustração do que é o efeito de estufa é avançada, essencialmente sob a forma de repercussões imediatas e sensíveis (desde o parágrafo de apresentação). Mas a explicação do fenómeno, com linguagem tendencialmente mais técnica, de forma mais aprofundada e mais extensa, surgirá somente no texto nº 8, de claras pretensões divulgativas – o que assinala, por um lado, associada aos segmentos explicativos, uma incipiente vocação divulgativa do texto director; por outro lado, a complementaridade entre texto director e textos satélite e uma conexão forte entre os que constituem o *dossier*. Este texto refere as «alterações climáticas», ou os «gases que provocam o efeito de estufa», mas outros termos técnicos como «dióxido de carbono», «metano», «óxido nítrico», «perfluorocarbonetos», etc., assim como os símbolos químicos ou as siglas que os identificam, só surgirão nos textos satélite.

Da mesma forma, o texto director aponta, como foi afirmado, algumas das consequências concretas do fenómeno, experienciáveis pelos leitores do jornal; mas recairá

sobre o texto nº 3 a tarefa de desenvolver o assunto, evocando, para o efeito, a voz de um «cientista» da «Faculdade de Ciências de Lisboa», sendo outros argumentos de peso atribuídos a enunciadores vários.

Ocorre igualmente um segmento que explica em definitivo a asserção inicial do locutor «será uma batalha contra o egoísmo», explicação que só culminará no final do artigo:

> (2) «Mas os egocentrismos nacionais continuam a prevalecer. O principal responsável pelas emissões de gases com efeito de estufa não quer sacrificar um tostão da sua actual economia e do seu bem-estar para evitar a catástrofe. Os EUA chegam ao Japão com uma proposta modestíssima: estabilizar as emissões aos níveis de 1990 nos próximos 15 anos. Enquanto isso, exigem que os mais pobres, que aspiram a uma vida melhor mas que actualmente pouco contribuem para as alterações climáticas, também limitem as suas emissões. A argumentação é válida – "não devem fazer os mesmos erros que nós" – mas dificilmente será aceite por quem já pouco tem a perder. A cisão está criada.» (texto nº 2).

A afirmação de abertura do parágrafo, que retoma a asserção inicial do artigo, é explicada / justificada nas proposições seguintes, em particular com a posição dos EUA. Assim, opera-se uma mudança discreta: de «egocentrismos nacionais», inicialmente anunciados, o discurso desliza para uma explicação com um só desses egocentrismos, o norte-americano. Os EUA protagonizam, desta forma, a oposição a «quem já pouco tem a perder», ou seja, os países mais pobres – e, como foi acima apontado, este é um artifício poderoso na construção de um cenário de claro privilégio para um dos lados das forças em conflito (note-se o contraste entre o «bem-estar» dos americanos e o cenário de «catástrofe»).

Seguem-se três outros parágrafos descritivos das posições de cada país ou grupo de países. Os segmentos explicativos também estão presentes, como o seguinte:

> (3) «A Europa decidiu assumir o papel de liderança e colocou na mesa uma proposta arrojada, mas que não tem praticamente hipóteses de ser aceite. Mesmo antes da reunião, já surgem notícias na imprensa japonesa sobre a disponibilidade da União de passar a sua proposta de 15 para dez por cento de redução das emissões, meta a atingir até ao ano 2010, manobra destinada a tentar que os outros países a aceitem.» (texto nº 2).

A conclusão-avaliação não está explicitamente presente neste segmento, mas encontra-se no parágrafo final do texto. Este, contudo, configura-se essencialmente como a conclusão de uma argumentação que foi sendo desenvolvida ao longo do artigo: por um lado, o problema é global e exige «soluções globais» (acordos entre todos os países do mundo); por outro, cada país deve «assumir as suas responsabilidades», sem egoísmos.

Pode, assim, constatar-se a heterogeneidade compositiva deste texto director e as suas funções descritivas de um estado de coisas e divulgativas de um saber técnico a um público vasto. A sua vocação na economia do *dossier* será a de desenhar o cenário, a acção central e as personagens principais, cujas motivações, caracterização e movimentações são sumariamente traçadas, abrindo espaços para informações complementares, avaliação, pormenores cénicos, adereços e figurantes trazidos pelos textos satélite.

**3.3.** Foi acima afirmado que o texto nº 8, integrante deste *dossier*, é caracterizado por pretensões divulgativas. Também o texto nº 4 pode ser caracterizado em termos semelhantes.

> (4) «A este fenómeno chama-se "efeito de estufa" pois é o mesmo que dá origem ao aquecimento que se faz sentir nas estufas usadas na agricultura. Porque é que a luz (e o calor) solar consegue atravessar a atmosfera, quando vem do espaço, e já não a consegue atravessar quando é reflectida pela superfície terrestre? Porque, depois de bater na terra ou no mar, os raios luminosos sofrem uma alteração do seu

> comprimento de onda (da sua cor) e a atmosfera é menos transparente para esta luz alterada.» (texto nº 4).
>
> (5) «**O que é o efeito de estufa?**
> A vida na Terra depende, em grande parte, do efeito de estufa. O dióxido de carbono, (…)
> **O que são as alterações climáticas?**
> Como o calor fica aprisionado junto à Terra, o clima automaticamente modifica-se. (…)
> **Como se libertam os gases com efeito de estufa?**
> Os principais gases com efeito de estufa são o dióxido de carbono ($CO_2$) (…)» (texto nº 8).

Vários segmentos destes textos de divulgação científica são construídos imitando, tanto quanto possível, a interacção concreta entre locutor e alocutário: é o caso dos textos nº 4 e nº 8, o segundo dos quais se organiza em «Perguntas e respostas sobre mudança climática» (é este o seu título), assumindo um dialogismo interaccional constitutivo próprio dos textos didácticos; ou os muitos segmentos que incorporam estruturas interrogativas, reproduzindo a organização dos textos poligerados e a intervenção partilhada do alocutário na definição do rumo discursivo.

Os segmentos explicativos são dominantes, quase exclusivos em vários textos (como os segmentos (4) e (5) mostram), pretendendo dar acesso ao leitor comum, não especializado ou iniciado nestes assuntos, aos fundamentos científicos que lhe permitam entender as questões e tomar uma posição informada, actualizando expressamente o esquema da sequência explicativa tal como Adam (1997) a descreve.

**3.4.** Com um relevo muito específico na definição dos contornos do discurso sobre o ambiente pode apontar-se o facto de alguns dos textos funcionarem como mecanismo de adaptação / recontextualização de artigos científicos, originariamente gerados para funcionarem dentro das fronteiras e dos procedimentos da comunicação científica (portanto, em comunidades restritas, iniciadas nos assuntos e dependentes de regras próprias). Assim, o texto nº 4 decorre de uma adaptação de um artigo científico surgido originalmente num número da revista *Science* publicado nove dias antes (11 de Novembro de 1997); o texto nº 6, constituído essencialmente por mapas e dados científicos, do mesmo *dossier*, é de co-autoria do Hadley Centre[9], uma unidade de investigação sobre as alterações climáticas do Instituto de Meteorologia britânico.

Identifica-se assim, preliminarmente, a erupção do discurso da Ciência no discurso ambiental / sobre o ambiente, manifestada pela identificação das fontes / autores dos artigos, tal como se sugere uma alteração dos discursos originais, pelo esclarecimento da «adaptação» a que estes foram sujeitos para se adequarem ao suporte e funções diferentes que no jornal encontram e desempenham. Manifesta-se, desta forma, o "dialogismo intertextual explícito" (MOIRAND, 1999).

Por outro lado, a inclusão destes textos no *dossier* colabora na definição deste como construção heterogénea – para além dos tipos de texto já assinalados, surgem agora textos com forte componente icónica (mapas e gráficos).

**3.5.** O texto nº 3, dominado por estruturas descritivas e explicativas, caracteriza Portugal face aos riscos das alterações climáticas, apontando consequências negativas

[9] "The Hadley Centre for Climate Prediction and Research", na sua designação completa.

concretas. A macro-operação de ancoragem referencial, assinalada por Adam (1997) como característica das sequências descritivas[10], decorre no primeiro parágrafo do texto:

> (6) «Ser um país à beira-mar plantado está a transformar-se rapidamente numa desvantagem. Com 800 quilómetros de costa, Portugal é dos primeiros a sofrer com uma das principais consequências das alterações climáticas: a subida do nível do mar. Mas os problemas não se ficam por aqui. A falta de água potável vai ser seriamente sentida, os desertos vão avançar no interior e as cheias, inundações e temporais vieram para ficar.» (texto nº 3).

A macro-operação de aspectualização é identificável desde este parágrafo inicial, com uma orientação inconfundível: a dramatização das realidades presentes e futuras (pela sua enumeração, mas também pela caracterização da subida do nível da água do mar como um dos «problemas»), que funcionará como argumento forte para justificar a necessidade de um acordo internacional sobre as emissões.

Mas a macro-operação de relação, pela qual se estabelecem relações de metonímia com o problema global, cruza igualmente todo o texto, desde este parágrafo inicial até à segunda parte do artigo, dividido por um título interno («os males do Sul da Europa») que faz explicitamente essa inscrição do problema português (e dos países da bacia mediterrânica) num quadro global. Assim, as circunstâncias específicas nacionais são inscritas num cenário mais vasto, o das alterações climáticas globais, e as manifestações internas do problema configuram-se como a face próxima daquilo que afecta o mundo inteiro.

A função explicativa realiza-se de forma relevante pela concretização, em consequências experienciáveis, de um problema que é invisível aos olhos do cidadão comum. Este mecanismo de reificação está também patente desde o primeiro parágrafo do texto, mas toma formas não menos reconhecíveis no quinto parágrafo, com quantificações precisas, terminologia técnica e indicação de consequências palpáveis, a par da evocação da voz autorizada da Ciência:

> (7) «O certo é que o que está a acontecer no país se enquadra totalmente nas previsões e observações feitas à escala global. No relatório de 1995 do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPPC), constituído por dezenas de cientistas e técnicos de todo o mundo, é previsto, para a Europa do Sul, um aumento de temperatura entre os 1,5 e os 4,5 graus centígrados se as emissões de dióxido de carbono duplicarem. Além disso, aponta-se para uma diminuição da precipitação em todo o Mediterrâneo e, portanto, uma diminuição dos caudais dos rios.» (texto nº 3).

Mais uma vez, os parágrafos finais desvelam a orientação argumentativa que subjaz a esta construção descritiva e explicativa, preconizando o estudo e a acção «em antecipação» – ainda que a pergunta retórica que encerra o artigo sugira a existência de dúvidas quanto à capacidade de Portugal responder favoravelmente a esta exigência, facto que vem adensar o clima geral de catástrofe inelutável a médio prazo.

> (8) «Perante as evidências, restam dois caminhos: ou nada fazer, esperando que na Cimeira de Quioto os grandes responsáveis pelas emissões de dióxido de carbono reduzam a poluição — Portugal não terá de fazer grandes sacrifícios para reduzir as suas emissões pois, no seio da União, a contribuição nacional é da ordem do 1,5 por cento e, segundo o relatório nacional para Quioto, ainda poderá aumentar mais 40 por cento —, ou começar a planear o país de forma a poder enfrentar o aumento da frequência das cheias, dos temporais e a falta de água.

[10] As restantes macro-operações são, para Adam (1997), a de aspectualização, de relação e de encaixe por sub-tematização.

> Estudar e agir em antecipação é a chave da questão. Mas será o país capaz deste planeamento?» (texto nº 3).

A sugestão da possibilidade de escolha presente no penúltimo parágrafo é retórica, traçando uma possibilidade que é imediatamente dada como cómoda a curto prazo mas inaceitável pelas suas consequências a médio / longo prazo, o que orienta, naturalmente, a leitura do texto num só sentido.

Antes de mais, estes segmentos recuperam, de forma económica, todo o cenário traçado ao longo do texto e dão-no como incontestável, parafraseando-o como «as evidências», num movimento final de autorização do discurso anterior. E, aparentemente, reconhecem dois caminhos passíveis de ser percorridos por Portugal. O primeiro deles corresponde a «nada fazer» e retoma, no geral, os argumentos desculpabilizantes e cómodos de alguns responsáveis políticos, sob a capa do «relatório nacional para Quioto», assim como algum sentir colectivo característico dos portugueses, pela evocação implícita da pequenez lusitana – na geografia, na economia, no peso político… e, como será natural, na responsabilidade pelas emissões de gases de efeito de estufa. Como em tantos outros assuntos da vida colectiva, a sugestão do relatório atribui a responsabilidade e o ónus da mudança de comportamentos a outros. O segundo caminho a seguir, de orientação oposta (como a estrutura marcada pelo conector disjuntivo «ou» mostra), levará à preparação do país para enfrentar a catástrofe ambiental. O que corresponde a dá-la como inevitável, caso a primeira possibilidade de acção não venha a ser seguida. Assim, esta estrutura configura-se com valor condicional: se Portugal e «os grandes responsáveis pelas emissões de dióxido de carbono» reduzirem as emissões, não será necessário preparar o país para enfrentar o cataclismo. Desta forma, a conexão de causa-efeito entre emissões e catástrofe ambiental é dada como adquirida, furtando-se a uma afirmação clara que poderia (mais facilmente) ser refutada pelo alocutário. O texto encerra ainda com um desafio, que decorre da pergunta retórica final. O desafio é forte, em parte pela importância das questões em jogo, em parte pela sugestão de insucesso (ou de dúvida significativa que o locutor parece alimentar) que o Futuro modal de «será» activa.

Desta forma, ainda que dominado por estruturas sequenciais descritivas e explicativas, o texto nº 3 é percorrido por uma linha argumentativa favorável à assinatura do Protocolo de Quioto, influenciando a orientação da opinião pública nesse sentido.

**3.6.** Pertencente também ao grupo de textos satélite, o artigo de opinião (assinalado como «Comentário») que integra o *dossier* é dominado por sequências narrativas e argumentativas (sobretudo estas). Trata-se do texto nº 5, da autoria do Director do jornal. Inicia com uma estrutura descritiva:

> (9) «Enquanto andamos por aí distraídos com remodelações e outros episódios menores, prepara-se no outro lado do planeta uma cimeira que é seguramente muito mais importante para o nosso futuro do que os números do "cardeal" Pina Moura ou a ressurreição do eterno Veiga Simão. É que em Quioto vai tentar inverter-se uma evolução que está a conduzir o nosso planeta para a catástrofe.» (texto nº 5).

Este primeiro parágrafo do texto traça o cenário geral, apontando o tópico a abordar: a cimeira de Quioto. Essa é uma operação de ancoragem referencial. Uma segunda macro-operação coexiste imediatamente com esta: a de aspectualização, pela realização de uma avaliação dos estados de coisas que incorpora um movimento de convergência e um outro de divergência.

O movimento de convergência concretiza-se no estabelecimento de um elo entre locutor e alocutário, pelo uso do "nós" inclusivo em «andamos». Além disso, esta primeira

pessoa, que ocorre em exclusivo nos artigos de opinião, testemunha a subjectividade do locutor – que, de qualquer modo, é indiciada por elementos peritextuais que realizam uma contextualização preliminar do texto; a cumplicidade proposta coloca o comentador ao lado do leitor – ou, preferencialmente, o leitor ao lado do comentador, partilhando o seu ponto de vista sobre os estados de coisas objecto de análise e comentário no artigo.

O movimento de divergência reside na crítica desenvolvida pelo locutor: os portugueses andam «distraídos com remodelações e outros episódios menores». Do semantismo de "andar distraído" decorre

- a crítica referida, mas também, por implicitação pragmática, uma injunção à mudança de comportamento;

- o confronto, da ordem do implícito, entre essencial e acessório e a captação da atenção pelo segundo em detrimento do primeiro.

Do cruzamento dos dois itens anteriores resulta um apelo à mudança do foco da atenção dos portugueses, apelo que é explicitado no texto: o acessório são as «remodelações [governamentais] e outros episódios menores», enquanto o essencial corresponde a «uma cimeira que é seguramente muito mais importante para o nosso futuro» do que os referidos «episódios». Em ambos os casos, sublinhe-se os adjectivos: o primeiro no grau comparativo de inferioridade, o segundo no comparativo de superioridade (intensificado pelo adverbial «muito»), extremando os limites da escala de valores que se desenha.

A macro-operação de relação é também activada, pela evocação daquilo que é conhecido do alocutário (com o qual ele anda "distraído"), como confirma a referência económica aos episódios da vida política portuguesa – as «remodelações» e os restantes «episódios menores», co-referenciais com expressões como «os números do "cardeal" Pina Moura ou a ressurreição do eterno Veiga Simão». Note-se que esta co-referencialidade não é explicitamente afirmada, mas sugerida ao alocutário que, num movimento de cooperação interpretativa, a reconhecerá – o que só acontecerá se, de facto, houver alguma partilha de saberes entre locutor e alocutário. E esta suposição de partilha de universos e enciclopédia dá a ver qual o perfil que o jornalista idealiza nos seus leitores.

Contudo, este segmento descritivo é tomado pelo próprio locutor como preenchendo uma função argumentativa, como pode verificar-se pelo conector «é que», que inicia o segundo período do parágrafo, que justifica a afirmação produzida no primeiro, numa ordem argumentativa regressiva. Esta justificação permite ainda clarificar o tópico apontado no início do texto, esclarecendo que é da cimeira que este tratará e não dos «episódios menores» da política interna. Está igualmente ao serviço da dramatização extrema, recorrente no *corpus*, pelo cenário de «catástrofe» projectado, cenário esse que é coerente com o contraste entre essencial e acessório acima referido. A constatação assinalada concorda com as afirmações de Masuy (1997) sobre as dimensões argumentativas suportadas por segmentos descritivos, assim como com o que Adam (1997) descreve como "heterogeneidade do tipo [sequência dominante > sequência dominada]".

O texto desenvolve-se em seguida com um segmento narrativo, correspondente ao parágrafo seguinte, no qual evoluem, em paralelo e mutuamente suportadas, duas linhas de organização – uma temporal e outra argumentativa:

> (10) «No início dos anos 80, quando se começou a falar de mudança climática, de efeito de estufa e de aquecimento global, muitos foram os que olharam de lado para os cientistas que colocavam a hipótese de essa evolução se dever à actividade humana. Há cinco anos, no Rio de Janeiro, na Eco-92, a soma de evidência científica era já suficiente para que se tivessem tomado medidas — mas não havia vontade política. Agora é impossível iludir mais o problema. Um problema que, no limite, coloca em causa os modelos de desenvolvimento em que assentou o último século e meio de evolução humana. Porque na origem do problema está muito simplesmente

> o dióxido de carbono, $CO_2$, que as sociedades industriais produzem em massa.» (texto nº 5).

A estrutura narrativa apresenta-se tripartida, com três marcos temporais, quase sobreponíveis:

«no início dos anos 80» — «há cinco anos» — «agora».

Sobre estes, desenvolvem-se outros tantos eixos argumentativos de crescente certeza científica sobre as causas do aquecimento global:

«muitos foram os que olharam de lado para os cientistas que colocavam a hipótese de essa evolução se dever à actividade humana» — «a soma de evidência científica era já suficiente para que se tivessem tomado medidas» — «é impossível iludir mais o problema»

Esta evolução temporal e científica assenta na convicção generalizada que concebe o progresso científico como facto incontestável e as sociedades contemporâneas mais evoluídas científica e tecnologicamente do que as do passado, numa linha de constante e unidireccional progresso. No entanto, com o reconhecimento da importância da Ciência e da tecnologia nas sociedades ocidentais e na vida concreta do homem moderno, coexiste a noção dos limites, das fragilidades e dos espaços em branco da Ciência, ela também, como tantos outros aspectos da vida social, objecto de contestação e polémica. Se a inexorável marcha do tempo não sofre objecção e, portanto, dificilmente terá de ser provada, o mesmo não acontece com as afirmações da Ciência. Assim, a associação destas duas realidades confere maior credibilidade ao seu lado frágil: a inscrição da crescente certeza científica no eixo do tempo adquire força de verdade acrescida. Naturalmente, este efeito decorre igualmente, por paradoxal que isso possa parecer, da confissão das dúvidas, ainda que afastadas no tempo e suplantadas pelo progresso científico (e pelo progresso da certeza científica) sobre o papel das actividades humanas no aquecimento global da atmosfera terrestre. Acresce ainda que o locutor elenca um conjunto de factos que oferece como comprovativo das afirmações anteriores, num modelo de argumentação em ordem regressiva, opção insistente no *corpus*, facto que acaba por atestar também a argumentatividade das afirmações que produziu.

Para os efeitos pretendidos neste passo, o que há que sublinhar é a sobreposição das estruturas narrativa e argumentativa, com domínio dos objectivos pragmáticos buscados pela última.

O texto nº 5 mostra ainda marcas de heterogeneidade compositiva em que intervêm sequências explicativas e argumentativas:

> (11) «A evidência científica começa a ser taxativa: se as emissões de gases que produzem efeito de estufa continuarem a crescer ao ritmo actual, dentro de um século andaremos de barco no Terreiro do Paço e de camelo no Alentejo ou lutaremos contra a malária nos vales do Minho. Exagero? Talvez não. Tudo até pode ser pior.
> Uma das possibilidades que assusta os cientistas é o aquecimento da atmosfera provocar a prazo uma mutação global das correntes marítimas — uma espécie de "El Niño" à escala do planeta —, uma mutação capaz de baralhar completamente os climas e provocar a ruína total da produção agrícola. Ninguém está em condições de prever esse fenómeno, mas há uma imagem que às vezes se utiliza: a imagem do elástico. Na verdade, todos os estudos partem de modelos mais ou menos lineares, da mesma forma que é linear esticar um elástico: podemos dizer quanto estica a partir da medida da força que fazemos. Contudo, nenhum dos modelos é capaz de responder ao que sucederá se se der uma alteração qualitativa, isto é, se o elástico partir. O mesmo pode suceder com os climas.» (texto nº 5).

O modelo de organização sequencial explicativo parte de uma afirmação que é depois explicada, como atestam o marcador de reformulação «isto é», o segmento «uma espécie de» e ainda a referência expressa à «imagem» que o locutor constrói para explicar uma realidade não imediatamente acessível (do seu ponto de vista) à compreensão do alocutário. Contudo, poderá afirmar-se que, em rigor, não é de explicação científica que trata neste segmento, antes de argumentação, pela apresentação de dados e afirmações de enunciadores qualificados («os cientistas») para confirmar a afirmação produzida no primeiro destes parágrafos (de novo, numa ordem argumentativa regressiva).

Assim, esta explicação parece estar ao serviço, ela também, da estrutura e do objectivo dominantes do texto, do domínio argumentativo, objectivo que se desvela no último parágrafo:

> (12) «Saídas [para os problemas ambientais]? Continuar a estudar os fenómenos climáticos e continuar a pressionar os Governos. Apesar de tudo, é grande a evolução desde a Eco-92.» (texto nº 5).

Este encerramento do texto concretiza a dimensão directiva envolvida na argumentação e configura o texto como "circular": a única saída será «continuar a estudar os fenómenos climáticos e continuar a pressionar os Governos», conclusão para a qual o texto parece organizar-se estrategicamente desde o seu início, em particular pelo desenho dos eventuais cenários de calamidade ambiental futura, caso a "saída" anunciada neste final seja recusada. Neste sentido, o complexo macro-textual em causa pode ser entendido como uma organização orientada para um fazer-crer e fazer-aderir (aos pontos de vista do locutor) ao serviço de um fazer-fazer (apoiar / exigir o estudo e a busca de soluções da comunidade científica e pressionar os decisores políticos para a tomada de decisões favoráveis aos objectivos de Quioto), estando a heterogeneidade compositiva subordinada àqueles objectivos pragmáticos dominantes. O alerta torna-se particularmente relevante pelo facto de, do ponto de vista do locutor, os portugueses andarem «distraídos» com banalidades, como é afirmado no início do artigo, e a crítica assinalada, com a injunção à mudança implicitada, encontra no final possibilidade de resposta / solução.

## 4. Remate

Pode afirmar-se que a organização do *dossier* no seu todo se apresenta igualmente circular, à imagem deste artigo de opinião: do texto tendencialmente informativo, passando pelos textos explicativos, até ao texto de opinião, a evocação dos factos e dos argumentos das partes em conflito suportam a palavra mobilizadora do Director do jornal, o que confere uma coerência alargada ao conjunto de textos, mobilizados na mesma orientação ideológica e nos mesmos objectivos perlocutórios. O *dossier* configura-se, assim, como um complexo de elementos reunidos por forte conexão, que ultrapassa a confluência temática e encontra nova pertinência nos objectivos pragmáticos perseguidos.

ANEXO 1: IMAGENS

Figura nº 1: Texto nº 1

Figura nº 2: Textos nº 2 a nº 5

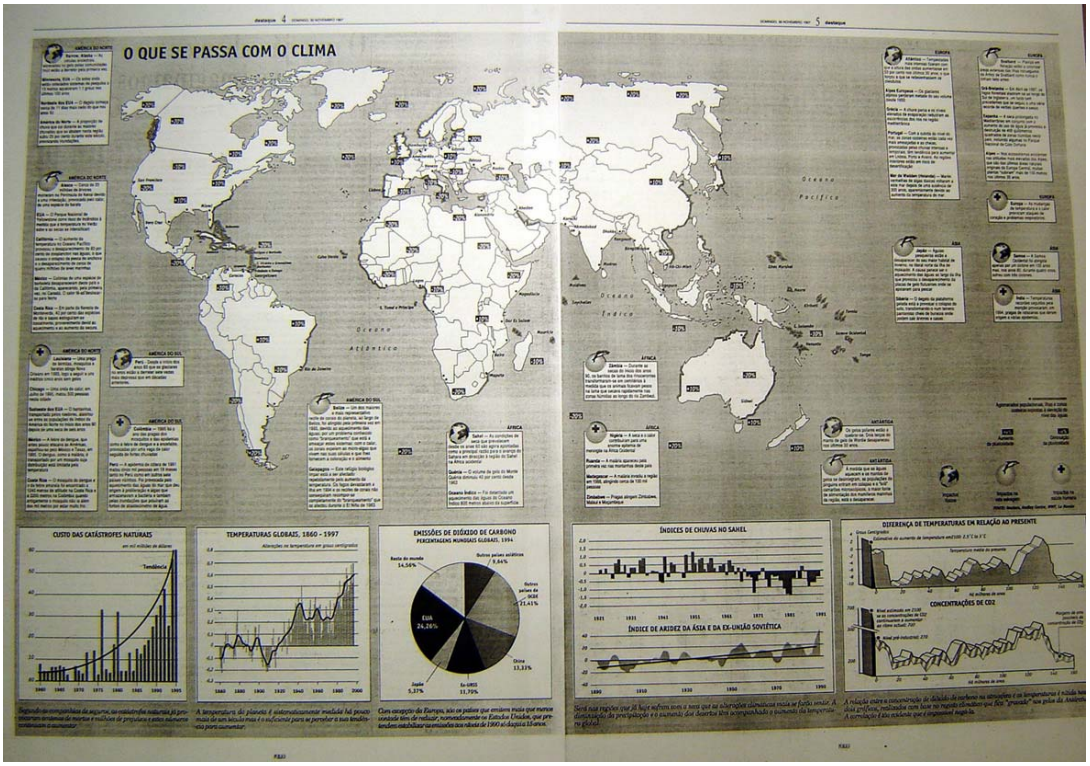


Figura nº 3: Texto nº 6

Figura nº 4: Textos nº 7 e 8

ANEXO 2: IDENTIFICAÇÃO DOS TEXTOS DO *CORPUS*

| texto nº | página | título |
|---|---|---|
| 1 | 1 | Clima em alerta. O que está a mudar. O que se pode fazer |

| | | |
|---|---|---|
| 2 | 2-3 | O futuro do clima joga-se agora |
| 3 | 2-3 | Portugal: um país que tem tudo a perder |
| 4 | 3 | O que já sabemos e o que só imaginamos |
| 5 | 3 | A caminho de Quioto |
| 6 | 4-5 | O que se passa com o clima |
| 7 | 6 | 1997 é o ano mais quente |
| 8 | 6 | Perguntas e respostas sobre mudança climática |

**Referências**


ADAM, J.-M. *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan, 1997

_____ Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite. *Pratiques*, nº 94, p. 3-18, 1997a

BEACCO, J.-C. L'explication d'orientation encyclopédique. Remarques sur un régime discursif. *Les carnets du CEDISCOR*, nº 1 (Un lieu d'inscription de la didacticité. Les catastrophes naturelles dans la presse quotidienne), Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 33-54, 1992

CHARAUDEAU, P. *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997

CICUREL, F. Les scénarios d'information dans la presse quotidienne. *Le Français dans le monde*, numéro spécial *Recherches et Applications: "Médias faits et effets"*, Paris: Hachette / EDICEF, p. 91-102, 1994

JUNG, M. Ecological Criticism of Language. In: FILL, A.; P. MÜHLHÄUSLER (Eds.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, 2001 (1996). p. 270-285

MASUY, Ch. Description et hypotypose dans l'écriture journalistique de l'ambiance. *Pratiques*, nº 94, pp. 35-48, 1997

MOIRAND, S. Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahiers de praxématique*, 33, p. 145-184, 1999

RAMOS, R. *Aspectos do discurso do ambientalismo nos* media *escritos*. 2006. 580 p. Tese (Doutoramento em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2006

REVAZ, F. Le récit dans la presse écrite. *Pratiques*, nº 94, p. 19-33, 1997



Nota final: este texto resulta de investigação realizada no âmbito do projecto «A política das alterações climáticas: discursos e representações», financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCTI/COM/56973/2004)